

## Associação Saúde da Família

CNPJ/MF nº 68.311.216/0001-01

Balancos Patrimoniais				Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais)						
Ativo/Circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado		Demonstrações dos fluxos de caixa		
				Nota	31/12/2025	31/12/2024	Nota	31/12/2025	31/12/2024	
Caixa e equivalentes de caixa	4	62.094.001	115.714.918	Passivo e patrimônio líquido/Circulante	155.836.088	183.306.287	Receitas operacionais			
Recursos a receber	5	76.720.969	42.692.113	Fornecedores	10	19.595.524	16.702.027	Receita Contrato de Gestão e Convênio	2.110.310.989	1.958.789.172
Adiantamentos	6	29.364.343	36.172.923	Reflexos trabalhistas a pagar	11	66.618.500	130.677.023	Glosas Contrato de Gestão e Convênio	(46.577.933)	(70.449.249)
Outros		1.425.226	1.390.536	Encargos sociais a pagar	12	39.421.432	9.929.971	Repasse de contratos de gestão e convênio	17.1	2.063.733.056
<b>Não Circulante</b>		<b>277.114.993</b>	<b>249.796.417</b>	Arrendamentos a pagar	9	19.287.708	16.876.969	Receitas financeiras	17.2	35.748.096
Depósitos judiciais	7	163.006.142	136.599.264	Doações antecipadas	13.2	1.692.000	1.692.000	Outras receitas	17.1	2.079.825
Recursos a receber	5	59.780.028	52.386.274	Outras provisões	13.1	9.220.924	10.428.297	Gratuidades concedidas	17.1	1.388.321
Direito de uso arrendamento mercantil	9	37.383.503	44.334.555	<b>Não Circulante</b>		<b>282.673.948</b>	<b>181.834.406</b>	Repassa para investimento realizado		(436.833)
Imobilizado	8	16.945.320	16.476.324	Reflexos trabalhistas a pagar	11	81.323.192	-	Iseções usufruídas	20	284.485.726
				Arrendamentos a pagar	9	19.966.014	28.425.116	Receitas com serviço	17.1	32.009
				Doações antecipadas	13.2	846.000	2.538.000			
				Outras provisões		2.263.047	2.144.469			
				Provisão para riscos fiscais	14.1	140.375.640	115.514.571			
				Provisão para demandas judiciais	14.2	21.260.425	17.369.456			
				Remessas para investimentos	8	16.639.629	16.202.794			
				<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>8.209.497</b>	<b>80.626.214</b>			
				Patrimônio social	15	80.626.214	127.695.102			
				(Déficit)/do exercício	15	(72.416.717)	(47.068.888)			
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>446.719.532</b>	<b>445.766.907</b>			
<b>Total do ativo</b>		<b>446.719.532</b>	<b>445.766.907</b>							

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade à portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Nota	Patrimônio social	Déficit acumulado	Total
Transferência do déficit do exercício anterior		131.198.221	(3.503.119)	127.695.102
Déficit do exercício		(3.503.119)	3.503.119	(47.068.888)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>127.695.102</b>	<b>(47.068.888)</b>	<b>80.626.214</b>
Transferência do déficit do exercício anterior		15	(47.068.888)	47.068.888
Déficit do exercício			(72.416.717)	(72.416.717)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>80.626.214</b>	<b>(72.416.717)</b>	<b>8.209.497</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade à portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional e aspectos institucionais: 1.1. Contexto operacional: A Associação Saúde da Família ("Entidade" ou "Associação"), constituída em 8 de outubro de 1992, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que atua na promoção da saúde pública e na elevação da qualidade de vida da população, por meio da execução de atividades assistenciais, científicas, educacionais e sociais. Suas atividades são desenvolvidas, substancialmente, por meio de contratos de gestão, convênios e instrumentos congêneres celebrados com o poder público, especialmente na área da saúde, voltados à gestão e à execução de serviços assistenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. A Entidade atua na administração e operacionalização de unidades de saúde, programas e projetos voltados à atenção básica, especializada e outras ações de interesse público, estando suas receitas majoritariamente vinculadas à execução desses instrumentos, bem como a outras fontes complementares, tais como doações e parcerias institucionais. A Associação declara observar os requisitos legais e estatutários aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, especialmente quanto à não distribuição de resultados, à aplicação integral de seus recursos em suas finalidades institucionais, à manutenção de escrituração contábil regular e ao cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação aplicável. 1.2. Impostos e Contribuições: Em razão de sua natureza jurídica de associação sem fins lucrativos,

a Administração entende que a Associação está abrangida pelo tratamento tributário aplicável às entidades referidas no artigo 15 da Lei nº 9.532/1997 e no Regulamento do Imposto sobre a Renda aprovado pelo Decreto nº 9.580/2018, relativamente ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), desde que atendidos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Adicionalmente, a Associação informa ser detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, de modo que a imunidade das contribuições sociais é observada de acordo com a legislação específica aplicável às entidades beneficentes, especialmente a Lei Complementar nº 187/2021 e o Decreto nº 11.791/2023. A manutenção desse tratamento tributário está condicionada ao cumprimento contínuo dos requisitos legais, estatutários e regulamentares aplicáveis, os quais são acompanhados pela Administração. 1.3. Contratos de Gestão: A Associação desenvolve suas atividades, substancialmente, por meio de contratos de gestão e convênios celebrados com o poder público, especialmente na área da saúde, voltados à execução de serviços assistenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Em 31 de dezembro de 2025, a Associação mantinha os seguintes contratos de gestão e convênios vigentes, com a respectiva estimativa de repasses para o exercício de 2026:

Nº contrato	Gestão	Local	Início das atividades	Serviços cadastrados	Unidades	Funcionários	Repasses previstos em 2026	
							Total	Mensal
001/2014		Parelheiros	out/14	52	25	1.770	269.446.186	22.453.849
002/2014		Capela	out/14	100	48	4.916	699.301.125	58.275.094
007/2015		Lapa	mai/15	43	21	2.367	350.304.298	29.192.025
016/2015		Pinheiros	jul/15	18	10	515	59.605.580	4.967.132
018/2015		Norte	jul/15	119	55	5.018	663.040.135	55.253.345
2422/2021		Guarulhos	mai/07	7	8	205	30.681.374	2.556.781
7622/2022		Guarulhos	dez/22	2	2	50	6.651.060	554.254
							<b>2.079.029.759</b>	<b>173.252.480</b>

A principal atividade da Associação consiste na gestão e execução de ações e serviços de saúde nas regiões acima indicadas, em conformidade com as diretrizes do SUS, com as políticas públicas de saúde e com as metas pactuadas nos respectivos instrumentos firmados com o poder público. A execução dessas atividades depende diretamente da manutenção de contratos vigentes, da aprovação dos respectivos planos de trabalho e do recebimento tempestivo dos repasses financeiros mensais pelos órgãos públicos contratantes, especialmente a Secretaria Municipal de Saúde e as Coordenadorias Regionais de Saúde. Adicionalmente, o equilíbrio operacional da Associação está diretamente relacionado ao cumprimento das metas quantitativas e qualitativas previstas nos contratos de gestão e convênios, uma vez que eventuais descumprimentos podem resultar em glosas, retenções ou reduções nos valores a serem repassados. Nesse contexto, a Administração acompanha continuamente a execução contratual, os indicadores assistenciais e os fluxos financeiros associados a esses instrumentos, considerando tais contratos como elemento central para a manutenção de suas atividades e para sua continuidade operacional. 1.4. Continuidade operacional: Em 31 de dezembro de 2025, a Associação apresenta prejuízos acumulados e necessidade de gestão contínua de seu fluxo de caixa, características inerentes ao modelo operacional de entidades sem fins lucrativos que executam atividades por meio de contratos de gestão com o poder público. A continuidade das operações da Associação depende, substancialmente, da manutenção e renovação dos contratos de gestão e instrumentos congêneres, bem como da adequada execução desses contratos, da gestão eficiente de seus custos operacionais e do equilíbrio entre receitas e despesas ao longo dos exercícios. A Administração acompanha continuamente a execução contratual, o fluxo de caixa e a sustentabilidade econômico-financeira de suas operações, adotando medidas de gestão voltadas à manutenção do equilíbrio operacional e à continuidade de suas atividades. Com base nas informações atualmente disponíveis e nas medidas em curso, a Administração entende que a Associação possui capacidade de continuidade operacional para os próximos exercícios. Entretanto, a continuidade das operações está sujeita a eventos futuros, incluindo a renovação de contratos com o poder público e a manutenção das condições operacionais e financeiras necessárias à execução de suas atividades, os quais podem impactar sua situação econômico-financeira. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1 Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis da Associação, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, especialmente a ITG 2002 (RI) - Entidade sem Finalidade de Lucro, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como com os demais Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicáveis às suas operações. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando houver critério específico de mensuração aplicável a determinados ativos e passivos, conforme descrito nas respectivas políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pela Administração em 14 de abril de 2026. 2.2. Base de apresentação: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data-base das demonstrações contábeis. As estimativas e premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As principais áreas sujeitas a julgamentos e estimativas incluem, entre outras, a vida útil econômica e a recuperabilidade do ativo imobilizado e do direito de uso, a mensuração de instrumentos financeiros, a recuperabilidade de recursos a receber, bem como a avaliação de riscos e obrigações para fins de reconhecimento de provisões e divulgação de contingências. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua pela Administração, sendo os efeitos de suas revisões reconhecidos prospectivamente. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico em que a Associação atua. Dessa forma, a moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Associação é o Real (R\$). 2.4. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram elaboradas, em geral, com base no custo histórico como critério de mensuração. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, exceto quando houver disposição específica em contrário prevista nas políticas contábeis aplicáveis. 2.5. Continuidade operacional: A Administração avaliou a capacidade de a Associação continuar operando no curso normal de suas atividades, considerando, entre outros aspectos, sua estrutura operacional, os contratos de gestão e convênios vigentes, o fluxo financeiro projetado e os recursos disponíveis para manutenção de suas operações. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que, na data de aprovação destas demonstrações contábeis, é adequado o uso do pressuposto de continuidade operacional. 3. Resumo das políticas contábeis materiais: As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir: 3.1. Reconhecimento de receitas: • **Receitas de doações e subvenções:** As receitas oriundas de doações e subvenções são reconhecidas quando há evidência de sua realização ou quando do efetivo ingresso dos recursos, desde que possam ser mensuradas com confiabilidade e representem ingressos destinados à manutenção das atividades institucionais da Associação. • **Receita com repasse contratual:** As receitas decorrentes de contratos de gestão, convênios e instrumentos congêneres celebrados com o poder público são reconhecidas de acordo com o regime de competência, considerando os direitos da Associação à medida que os serviços são prestados e as obrigações contratuais são cumpridas, observadas as condições previstas nos respectivos instrumentos • **Receita de juros:**

créditos operacionais. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se torna parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e, quando aplicável, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua contratação. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva de juros. Os passivos financeiros da Associação incluem, principalmente, fornecedores, obrigações decorrentes de arrendamentos e demais obrigações financeiras. Desreconhecimento: A Associação desreconhece um ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa do ativo, ou quando transfere substancialmente os riscos e benefícios relacionados ao ativo. Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. Compensação: Ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial somente quando a Associação possui direito legalmente executável de compensação e pretende liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.11. Arrendamento mercantil: A Associação avalia, na data de início de cada contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período em troca de contraprestação. A Associação atua na condição de arrendatária em contratos que envolvem, substancialmente, a locação de imóveis utilizados em suas atividades operacionais. Ativos de direito de uso: Na data de início do arrendamento, a Associação reconhece o ativo de direito de uso, mensurado ao custo. O custo do ativo de direito de uso compreende: • o valor inicial do passivo de arrendamento; • os pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, deduzidos de eventuais incentivos recebidos; • os custos diretos iniciais incorridos; e • quando aplicável, a estimativa de custos a serem incorridos na desmontagem, remoção ou restauração do ativo subjacente ou do local em que este esteja instalado. Após o reconhecimento inicial, os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada, de eventuais perdas por redução ao valor recuperável e dos efeitos de mensuração dos passivos de arrendamento, quando aplicável. A amortização dos ativos de direito de uso é reconhecida linearmente ao longo do prazo do arrendamento ou da vida útil econômica do ativo subjacente, dos dois o menor, salvo quando houver expectativa de exercício de opção de compra, hipótese em que a amortização considera a vida útil do ativo. Passivo de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Associação reconhece o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento a serem efetuados durante o prazo contratual. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo compreendem, quando aplicável: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; • pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa; • valores esperados a serem pagos a título de garantia de valor residual; • preço de exercício de opção de compra, quando for razoavelmente certo seu exercício; e • penalidades pelo encerramento antecipado do contrato, quando o prazo do arrendamento refletir o exercício dessa opção. Para o cálculo do valor presente dos pagamentos futuros, a Associação utiliza a taxa implícita no arrendamento, quando prontamente determinável. Sua taxa essa taxa não pode ser determinada de forma imediata, utiliza sua taxa incremental de captação. Após o reconhecimento inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, sendo atualizado pelo acréscimo dos juros financeiros e reduzido pelos pagamentos efetuados. O passivo de arrendamento é remensurado quando houver alteração no prazo do contrato, modificação nos pagamentos futuros ou mudança na avaliação de opção de compra, renovação ou rescisão, quando aplicável. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Associação aplica as isenções de reconhecimento previstas na norma para: • arrendamentos de curto prazo, assim entendidos aqueles com prazo igual ou inferior a 12 meses e sem opção de compra; e • arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. Nesses casos, os pagamentos de arrendamento são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, de forma linear ao longo do prazo contratual, salvo se outra base sistemática for mais representativa do padrão de consumo dos benefícios econômicos. 3.12. Impostos e contribuições: 3.12.1. Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): Em razão de sua natureza jurídica de associação sem fins lucrativos, a Administração entende que a Associação está abrangida pelo tratamento tributário aplicável às entidades referidas no artigo 15 da Lei nº 9.532/1997 e no Regulamento do Imposto sobre a Renda aprovado pelo Decreto nº 9.580/2018, relativamente ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), desde que atendidos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. 3.12.2. Programa para integração social (PIS): A Associação observa o tratamento tributário aplicável ao PIS/PASEP de acordo com a legislação vigente aplicável às entidades sem fins lucrativos. As receitas decorrentes de suas atividades próprias, quando atendidos os requisitos legais, não estão sujeitas à incidência da contribuição, nos termos da legislação aplicável. Adicionalmente, a Associação está sujeita, quando aplicável, à contribuição incidente sobre a folha de salários, conforme previsto na legislação vigente. 3.12.3. Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS): A Associação observa o tratamento tributário aplicável à COFINS de acordo com a legislação vigente, considerando a natureza de suas receitas. As receitas decorrentes de atividades próprias, quando atendidos os requisitos legais, observam o tratamento tributário específico aplicável às entidades sem fins lucrativos, permanecendo sujeitas à análise quanto ao enquadramento e à natureza das receitas auferidas. 3.12.4. Imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras: Os rendimentos de aplicações financeiras estão sujeitos ao tratamento tributário aplicável às entidades sem fins lucrativos, nos termos da legislação vigente, incluindo o disposto no artigo 12 da Lei nº 9.532/1997, observado o cumprimento dos requisitos legais. 3.12.5. Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS): A Entidade é uma associação filantrópica de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, beneficiária de assistência social, reconhecida de utilidade pública, é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, que permite o gozo da imunidade das contribuições sociais, nos termos do art. 195, §7º da CF e LC 187/2021. 3.13. Normas emitidas mas ainda não vigentes: Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, haviam sido emitidas normas e alterações normativas que ainda não eram de adoção obrigatória para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. No caso das normas internacionais emitidas pelo IASB, seus efeitos devem ser avaliados em conjunto com o processo de convergência e aprovação no Brasil, quando aplicável. A Administração acompanha a evolução dessas normas e analisará seus efeitos quando de sua adoção obrigatória. Com base em análise preliminar, não se esperam impactos relevantes de reconhecimento ou mensuração nas demonstrações financeiras da

Demonstrações do resultado abrangente			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Déficit do exercício		(72.416.717)	(47.068.888)
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>(72.416.717)</b>	<b>(47.068.888)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade à portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.

Demonstrações do resultado abrangente			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Déficit do exercício		(72.416.717)	(47.068.888)
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>(72.416.717)</b>	<b>(47.068.888)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade à portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.

Demonstrações dos fluxos de caixa			
	31/12/2025	31/12/2024	
Depósitos judiciais - PIS (a)	140.375.640	115.154.571	
Depósitos judiciais - INSS (b)	22.630.502	21.444.693	
	<b>163.006.142</b>	<b>136.599.264</b>	

Depósitos judiciais - PIS: No mês de maio de 2012, a Associação ajuizou a ação judicial nº 0007392-82.2012.4.03.6100, por meio da qual discute a incidência da contribuição ao PIS/PASEP sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, sustentando, em síntese, a inaplicabilidade dessa exigência em razão de sua natureza jurídica e de suas características operacionais. Desde o ajuizamento da demanda, a Associação passou a efetuar os recolhimentos por meio de depósitos judiciais, até a conclusão definitiva do processo. Os valores correspondentes estão registrados no ativo não circulante, sendo a respectiva contingência apresentada em conta de passivo não circulante, conforme Nota Explicativa nº 14. Depósitos judiciais - INSS: Em 2002, a Associação obteve a certificação CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, a qual, observados os requisitos legais aplicáveis, permite a fruição da imunidade das contribuições sociais de que trata o § 7º do artigo 195 da Constituição Federal, atualmente regulada, especialmente, pela Lei Complementar nº 187/2021 e pelo Decreto

Demonstrações dos fluxos de caixa			
	31/12/2025	31/12/2024	
Das atividades operacionais			
Déficit do exercício	(72.416.717)	(47.068.888)	
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com o caixa e equivalentes de caixas gerados pelas atividades operacionais:			
Depreciação	109.989	102.346	
Depreciação de direito de uso	22.390.702	16.717.195	
Depreciação de bens públicos	2.486.492	1.979.762	
Juros sobre arrendamentos	5.096.976	4.538.874	
Provisão de glosas	(1.207.373)	3.182.214	
Provisão para demandas judiciais	3.890.969	87.310	
Provisão de férias	134.658.697	129.931.525	
Atualização das provisões para riscos fiscais	11.843.874	7.815.904	
Provisão para riscos fiscais	13.377.195	13.322.644	
Atualização dos depósitos judiciais	(13.029.683)	(8.732.690)	
Provisão de honorários advocatícios	118.578	91.378	
Provisão de recursos a receber	(105.373.665)	(95.078.387)	
Provisão para restituição	-	(106.754.739)	
<b>Varição no ativo e passivo (Aumento)/Diminuição em recursos a receber</b>	<b>63.951.056</b>	<b>88.501.429</b>	
(Aumento)/Diminuição em outros ativos e adiantamentos	6.773.890	1.886.001	
(Aumento)/Diminuição em depósitos judiciais	(13.377.195)	(13.319.643)	
Aumento/(Diminuição) em fornecedores	2.893.497	12.298.806	
Aumento/(Diminuição) em salários e encargos sociais	(84.902.567)	(111.386.845)	
Aumento/(Diminuição) em remessa de investimento	436.835	5.650.749	
Aumento/(Diminuição) em doações antecipadas	(1.692.000)	(1.692.000)	
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(23.970.450)</b>	<b>(97.927.055)</b>	
<b>Das atividades de investimentos</b>			
Títulos e valores mobiliários	-	106.754.739	
Aquisição e baixa de bens próprios e públicos	(3.065.477)	(7.714.723)	
<b>Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de investimentos</b>	<b>(3.065.477)</b>	<b>99.040.015</b>	
<b>Das atividades de financiamentos</b>			
Pagamento de arrendamentos	(26.584.990)	(20.763.542)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(26.584.990)</b>	<b>(20.763.542)</b>	
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(53.620.917)</b>	<b>(19.650.582)</b>	
<b>Saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício	115.714.918	135.365.500	
No final do exercício	62.094.001	115.714.918	
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(53.620.917)</b>	<b>19.650.582</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade à portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.

Associação, sendo eventuais efeitos restritos, principalmente, à forma de apresentação e às divulgações. As principais normas e alterações aplicáveis são: (a) CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: A IFRS 18 foi emitida pelo IASB em abril de 2024 e substitui o IAS 1 - Presentation of Financial Statements, entrando em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida, sujeita às aprovações regulatórias cabíveis. No Brasil, sua convergência ocorreu por meio

★ continuação

nº 11.791/2023. Buscando o reconhecimento mais amplo dessa condição, a Associação ajudou, em 2005, ação judicial em que pleiteia o reconhecimento da imunidade tributária relativamente às contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento. Para resguardar a discussão judicial e fortalecer sua posição processual, a Associação realizou depósitos judiciais no período de 2005 a 2009, cessando novos depósitos após decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal. O processo permanece em tramitação, em fase relacionada ao Recurso Extraordinário nº 566.622, em julgamento no Supremo Tribunal Federal, o qual constitui precedente relevante acerca das exigências constitucionais e legais aplicáveis à imunidade das contribuições sociais de entidades beneficentes. Conforme avaliação de seus assessores jurídicos, a probabilidade de êxito da demanda é considerada provável. Em razão disso, a Administração mantém atualizada a provisão relacionada aos honorários advocatícios e demais efeitos processuais associados à demanda, quando aplicável, sem prejuízo da divulgação e mensuração dos saldos diretamente relacionados aos depósitos judiciais e às contingências correspondentes nas demonstrações contábeis.

## 8.2. Movimento do imobilizado:

	Bens próprios				Total	Bens públicos Equipamentos e Instalações (a)		Total
	Imóveis	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos				
<b>Custo</b>								
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>429.568</b>	<b>102.983</b>	<b>1.422.635</b>	<b>2.762.056</b>	<b>4.717.242</b>	<b>20.917.476</b>	<b>25.634.718</b>	
Adições	-	-	7.714.723	-	7.714.723	-	7.714.723	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>429.568</b>	<b>102.983</b>	<b>9.137.358</b>	<b>2.762.056</b>	<b>12.431.963</b>	<b>20.917.476</b>	<b>33.349.441</b>	
Adições	-	-	130.678	11.474	142.152	-	2.923.325	3.065.477
Transferências	-	-	(7.684.718)	54.205	(7.630.513)	-	7.630.513	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>429.568</b>	<b>102.983</b>	<b>1.583.318</b>	<b>2.827.735</b>	<b>4.943.604</b>	<b>31.471.314</b>	<b>36.414.918</b>	
Taxa de depreciação (%)	4%	20%	10%	10%	-	-	-	-
<b>Depreciação acumulada</b>								
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(256.289)</b>	<b>(102.983)</b>	<b>(1.392.441)</b>	<b>(2.673.866)</b>	<b>(4.425.579)</b>	<b>(10.365.431)</b>	<b>(14.791.010)</b>	
Adições	(17.183)	-	(15.040)	(70.122)	(102.345)	(1.979.762)	(2.082.107)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(273.472)</b>	<b>(102.983)</b>	<b>(1.407.481)</b>	<b>(2.743.988)</b>	<b>(4.527.924)</b>	<b>(12.345.193)</b>	<b>(16.873.117)</b>	
Adições	(17.183)	-	(55.160)	(37.646)	(109.989)	(2.486.492)	(2.596.481)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(290.655)</b>	<b>(102.983)</b>	<b>(1.462.641)</b>	<b>(2.781.634)</b>	<b>(4.637.913)</b>	<b>(14.831.685)</b>	<b>(19.469.598)</b>	
<b>Imobilizado líquido</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	173.279	-	30.194	88.190	291.663	10.552.045	10.843.708	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	156.096	-	7.729.877	18.068	7.904.041	8.572.283	16.476.324	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	138.913	-	120.677	46.101	305.691	16.639.629	16.945.320	

(a) Equipamentos e Instalações - bens públicos: Referem-se a equipamentos de terceiros (poder público) em que a Associação transfere os bens integrantes do ativo imobilizado para o poder público, mediante a aprovação e publicação no Diário Oficial de integração desses itens ao bem sob controle do poder público.

## 9. Arrendamentos: 9.1. Ativo - direito de uso:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo	83.260.486	88.070.508
Amortização	(45.876.983)	(43.735.953)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>37.383.503</b>	<b>44.334.555</b>
Adições	44.334.555	19.920.055
(+) Adições/atualizações	15.439.650	41.131.695
(-) Amortização	(22.390.702)	(16.717.195)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>37.383.503</b>	<b>44.334.555</b>

9.2. Movimentação dos ativos de direito de uso: Saldo inicial 44.334.555 19.920.055 (+) Novos contratos 15.439.650 41.131.695 (-) Juros financeiros (22.390.702) (16.717.195) **Saldos em 31 de dezembro de 2025** (290.655) (102.983) (1.462.641) (2.781.634) (4.637.913)

9.3. Passivo de arrendamentos: A Associação atua como arrendatária em contratos de locação, substancialmente relacionados a imóveis utilizados em suas atividades operacionais, com prazos médios de aproximadamente 60 meses. Os contratos preveem atualização periódica dos valores com base em índices de preços definidos contratualmente, de forma a refletir as condições de mercado. Para fins de mensuração dos passivos de arrendamento, a Associação adotou taxa incremental de captação, definida com base em operações de financiamento de natureza e prazo similares, sendo de 15,20% ao ano em 31 de dezembro de 2025. A Administração entende que a utilização de taxa única é apropriada para contratos com características semelhantes.

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamentos	45.295.268	54.249.436
Ajuste ao valor presente	(6.041.547)	(8.947.351)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>39.253.721</b>	<b>45.302.085</b>
Adições	19.287.708	16.876.969
Passivo não circulante	19.966.014	28.425.116
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>39.253.721</b>	<b>45.302.085</b>
Saldo inicial	45.302.085	20.395.058
(+) Novos contratos	15.439.650	41.131.695
(-) Juros financeiros	5.096.976	4.538.873
(-) Pagamentos	(26.584.990)	(20.763.542)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>39.253.721</b>	<b>45.302.085</b>

Cronograma de pagamentos da parcela de provisão para arrendamento mercantil.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Vencimento</b>	<b>22.861.057</b>	<b>14.546.895</b>
2026	22.861.057	14.546.895
2027	-	7.887.316
2028 em diante	(6.041.547)	-
Ajuste a Valor Presente (AVP)	(6.041.547)	-
<b>Total</b>	<b>39.253.721</b>	<b>45.302.085</b>

Passivo circulante	19.287.708
Passivo não circulante	19.966.014
<b>Total</b>	<b>39.253.721</b>

	31/12/2025	31/12/2024
<b>10. Fornecedores:</b>		
Material e serviço de manutenção predial	6.966.064	2.402.054
Serviços médicos	5.443.057	5.463.296
Material médico e enfermagem	2.948.230	664.622
Serviço de remoção com ambulâncias	1.630.162	-
Assessoria e consultoria	679.742	1.207.432
Outras despesas	580.408	1.162.201
Serviço de outros profissionais de saúde	526.086	566.322
Material manutenção e locação de equipamentos	263.907	1.122.081
Locações de imóveis	170.330	1.020.784
Material de escritório	101.852	76.145
Telefone e internet	93.489	43.089
Autônomos	76.194	-
Informática	62.806	26.936
Outros serviços terceirizados	52.497	684.906
Vigilância portaria e segurança	700	2.251.865
Uniformes e roupa hospitalar	-	10.294
<b>Total</b>	<b>19.595.524</b>	<b>16.702.027</b>

O saldo de fornecedores refere-se, substancialmente, a obrigações decorrentes da contratação de serviços médicos, serviços terceirizados, materiais e demais insumos necessários à operação da Associação. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores totaliza R\$ 19.595.524 (R\$ 16.702.027 em 31 de dezembro de 2024). Parte relevante dessas obrigações venceu no início de janeiro de 2026 e, diferentemente de exercícios anteriores, não foi liquidada antecipadamente ainda em dezembro de 2025 em razão da dinâmica financeira observada no encerramento do exercício. Os referidos saldos foram liquidados, substancialmente, na primeira quinzena de janeiro de 2026, após o ingresso dos repasses financeiros vinculados aos contratos de gestão.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>11. Reflexos trabalhistas a pagar:</b>		
Salários e ordenados a pagar	-	124.103
Provisão de férias e encargos	143.556.091	129.931.525
Empréstimo consignado a pagar	3.706.293	1.676
Outros	679.308	619.719
<b>Total</b>	<b>147.941.692</b>	<b>130.677.023</b>

<b>Passivo Circulante</b>	<b>66.618.500</b>	<b>130.677.023</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>81.323.192</b>	<b>-</b>

A provisão para férias e respectivos encargos sociais é reconhecida com base no regime de competência, considerando os direitos adquiridos pelos colaboradores ao longo do período de prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2025, parte relevante desses saldos refere-se a obrigações cuja liquidação ocorrerá em exercícios subsequentes, especialmente em função do volume de colaboradores e das características operacionais dos contratos de gestão. Dessa forma, o montante estimado para liquidação após o exercício social subsequente foi classificada no passivo não circulante, em conformidade com o prazo esperado de realização.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>12. Encargos sociais a pagar:</b>		
FGTS a recolher	5.104.399	1.408
INSS a recolher	5.184.518	-
IRRF a recolher	405.992	362.111
IRRF sobre salários a recolher	25.058.332	4.545.179
ISS a recolher	256.287	228.121
INSS retido terceiros	1.101.610	956.258
INSS retido autônomos	18.338	27.235
PIS/COFINS/CSLL a recolher	1.150.939	809.659
PIS sobre folha a recolher	1.141.017	-
<b>Total</b>	<b>39.421.432</b>	<b>6.929.971</b>

16. Resultado por região de atuação:	Matriz	Capela	Lapa	Parelheiros	Clínica	Norte	Pinheiros	Consolidado
	68.311.216/0001-01	68.311.216/0003-73	68.311.216/0004-54	68.311.216/0005-35	68.311.216/0007-05	68.311.216/0008-88	68.311.216/0009-69	

	Matriz	Capela	Lapa	Parelheiros	Clínica	Norte	Pinheiros	Consolidado
<b>Receitas Operacionais</b>								
Receita contrato de gestão e convênio	28.277.084	717.072.336	356.286.026	278.722.497	-	665.734.759	64.218.287	2.110.310.989
Glosas contrato de gestão e convênio	(435.883)	(18.567.285)	(5.867.262)	(6.199.341)	-	(14.370.104)	(1.439.341)	(46.577.933)
<b>Repasses Contrato de Gestão e Convênio</b>	<b>27.841.201</b>	<b>698.505.051</b>	<b>350.418.484</b>	<b>272.528.719</b>	<b>-</b>	<b>651.660.655</b>	<b>62.778.946</b>	<b>2.063.733.056</b>
Receitas financeiras	18.717.500	5.079.948	2.674.116	1.529.975	1.173.861	6.373.652	199.044	35.748.096
Outras receitas	2.025.063	-	-	-	-	54.762	-	2.079.825
Receita sobre prestação de serviço	-	-	-	-	-	32.009	-	32.009
Gratuidades concedidas	-	-	-	-	-	1.388.321	-	1.388.321
Repasses para investimento realizado	25.808	199.425	(1.497.994)	211.469	-	478.818	145.641	(436.833)
Iseqções usufruídas	3.724.744	94.848.849	45.681.962	35.455.138	325.509	95.291.256	9.158.268	284.485.726
<b>Total</b>	<b>52.334.316</b>	<b>798.633.273</b>	<b>397.276.568</b>	<b>309.725.301</b>	<b>2.919.700</b>	<b>753.859.143</b>	<b>72.281.899</b>	<b>2.387.030.200</b>
<b>Despesas operacionais</b>								
<b>Despesas com pessoal</b>	<b>(27.222.071)</b>	<b>(579.885.029)</b>	<b>(276.669.035)</b>	<b>(216.182.317)</b>	<b>(2.132.112)</b>	<b>(580.521.610)</b>	<b>(55.914.488)</b>	<b>(1.738.526.662)</b>
Despesas com Salários	(19.885.133)	(397.935.698)	(190.667.175)	(148.825.319)	(1.431.445)	(397.411.452)	(37.901.630)	(1.194.057.852)
Despesas com Encargos	(1.759.083)	(45.301.661)	(21.235.960)	(16.659.881)	(158.430)	(45.247.289)	(4.296.447)	(134.658.697)
Despesas com Benefícios	(2.170.721)	(50.090.022)	(23.114.476)	(18.648.072)	(229.613)	(50.306.413)	(5.298.225)	(149.857.542)
Provisão de férias, 13º e encargos	(3.407.134)	(86.557.648)	(41.651.478)	(32.049.045)	(312.624)	(87.556.456)	(8.418.186)	(259.952.571)
<b>Despesas gerais</b>	<b>(5.505.686)</b>	<b>(135.095.601)</b>	<b>(85.822.274)</b>	<b>(43.824.200)</b>	<b>(297.628)</b>	<b>(114.824.784)</b>	<b>(7.740.533)</b>	<b>(393.110.706)</b>
Despesas de materiais	(1.039.571)	(12.956.026)	(7.759.613)	(4.813.151)	(47.588)	(9.311.815)	(524.094)	(36.451.858)
Despesas de serviços	(4.325.332)	(130.193.194)	(77.289.858)	(42.800.503)	(368.423)	(105.583.125)	(6.629.894)	(367.190.329)
Despesas com utilidades	(209.954)	(3.340.461)	(4.899.483)	(1.957.611)	(66.401)	(4.760.700)	(819.259)	(16.053.509)
Despesa com restituição	-	-	-	-	-	-	-	-
Adequação direito de uso CPC 06 receita	69.171	11.394.080	4.126.680	5.747.065	184.784	4.830.226	232.984	26.584.990
Despesas com depreciação e amortização	(104.598)	-	(3.641)	(182)	(1.568)	-	-	(109.989)
Despesa com depreciação bens públicos	(25.808)	(1.131.701)	(421.967)	(211.467)	-	(549.908)	(145.641)	(2.486.492)
Despesa de amortização de direito de uso	(83.169)	(8.769.975)	(4.890.755)	(3.429.790)	(116.615)	(4.665.394)	(435.004)	(22.390.702)
Despesas financeiras	(11.850.282)	(208)	(109)	(83)	(187)	(446)	(28)	(11.851.343)
Juros sobre arrendamentos	(41.423)	(2.111.705)	(694.922)	(1.354.450)	(46.081)	(789.852)	(58.543)	(5.096.976)
Gratuidades concedidas	(1.388.321)	-	-	-	-	-	-	(1.388.321)
Iseqções usufruídas	(3.724.744)	(94.848.849)	(45.681.962)	(35.455.138)	(325.509)	(95.291.256)	(9.158.268)	(284.485.726)
<b>Total</b>	<b>(49.946.102)</b>	<b>(821.843.068)</b>	<b>(414.184.665)</b>	<b>(300.457.627)</b>	<b>(2.919.700)</b>	<b>(796.643.250)</b>	<b>(73.452.505)</b>	<b>(2.494.446.917)</b>
<b>Déficit (Superávit) do exercício</b>	<b>2.388.214</b>	<b>(23.209.795)</b>	<b>(16.908.097)</b>	<b>9.267.674</b>	<b>-</b>	<b>(42.784.107)</b>	<b>(1.170.606)</b>	<b>(72.416.717)</b>

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Associação Saúde da Família

## 7.2. Movimentação dos depósitos judiciais:

	PIS	INSS	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>94.016.023</b>	<b>20.530.908</b>	<b>114.546.931</b>
Depósito judicial	13.319.643	-	13.319.643

## ★ continuação

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Associação Saúde da Família

descritas na Nota Explicativa nº 3. Esses instrumentos financeiros são administrados por meio de políticas operacionais e financeiras compatíveis com a natureza das atividades da Associação, com o objetivo de preservar liquidez, segurança e adequada alocação dos recursos disponíveis. A Associação não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos nem derivativos de natureza especulativa.

**22.1. Gestão de riscos: (a) Riscos de liquidez:** O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a Associação não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros nos respectivos vencimentos. A gestão desse risco é realizada mediante o acompanhamento contínuo das projeções de fluxo de caixa e do orçamento financeiro, cabendo à área de Gestão Financeira monitorar a disponibilidade de recursos para atendimento das necessidades operacionais da Entidade, em conformidade com a legislação aplicável e com os limites orçamentários dos contratos vigentes. As despesas vinculadas a recursos próprios ou a recursos diretamente arrecadados são realizadas de acordo com a efetiva disponibilidade financeira, observada a dinâmica operacional da Entidade e o ingresso dos repasses financeiros previstos nos contratos de gestão e convênios. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre, principalmente, da possibilidade de inadimplemento das contrapartes com as quais a Associação mantém aplicações financeiras e dos valores a receber oriundos dos contratos de gestão e convênios firmados com entes públicos. A Administração entende que o risco de crédito associado às aplicações financeiras é reduzido, uma

vez que os recursos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha. Da mesma forma, os valores a receber de órgãos públicos apresentam risco limitado, considerando a natureza das contrapartes e a forma de execução contratual. A recuperabilidade dos ativos financeiros é avaliada periodicamente pela Administração, que reconhece, quando aplicável, as perdas esperadas ou provisões necessárias, de acordo com as condições específicas de realização dos saldos.

**(c) Risco operacional:** O risco operacional da Associação está relacionado, principalmente, à execução dos contratos de gestão e convênios, ao cumprimento das metas quantitativas e qualitativas pactuadas com os órgãos públicos contratantes e à manutenção das condições operacionais necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. O não atingimento das metas contratuais, inclusive aquelas relacionadas à composição mínima de equipes e aos indicadores de desempenho assistencial, pode resultar em glosas, retenções ou reduções de repasses, impactando o fluxo financeiro e o resultado da Entidade. Os contratos de gestão celebrados pela Associação são periodicamente avaliados pelas Secretarias Municipais de Saúde e demais órgãos competentes, observando-se os prazos de vigência, renovação e demais condições estabelecidas nos respectivos instrumentos contratuais.

**22.2. Categoria de instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Associação em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim representados:

Operação	Risco	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa, Bancos e Aplicações financeiras		62.094.001	62.094.001	115.714.918	115.714.918
		136.500.997	136.500.997	95.078.387	95.078.387
		(19.595.524)	(19.595.524)	(16.702.027)	(16.702.027)

  

Cargo	Horas trabalhadas ano/hora	Qtde	Valor do trabalho não remunerado voluntário	
			ano/hora	total
Diretor-Presidente	120 horas por R\$ 118,74	1	14.249	
Diretor Administrativo Financeiro	120 horas por R\$ 118,74	1	14.249	
Diretor Relações Institucional	60 horas por R\$ 118,74	1	7.124	
Membro do Conselho de Administração	60 horas por R\$ 118,74	9	64.120	
Membro do Conselho Fiscal	60 horas por R\$ 59,37	3	10.687	
Suplente Conselho Fiscal	60 horas por R\$ 59,37	3	7.124	
			<b>117.553</b>	

A Administração entende que os valores contábeis dos recursos a receber e das obrigações com fornecedores aproximam-se de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses instrumentos. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa já se encontram mensurados por valores equivalentes aos de mercado na data-base.

**22.3. Hierarquia do valor justo:** A mensuração do valor justo observa os seguintes níveis hierárquicos: • Nível 1: preços cotados, sem ajustes, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2: informações observáveis, direta ou indiretamente, para o ativo ou passivo, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; • Nível 3: informações não observáveis para o ativo ou passivo. A Administração entende que os saldos de caixa e equivalentes de caixa mensurados a valor justo se enquadram, substancialmente, no Nível 1 da hierarquia do

valor justo. A Associação não possuía, em 31 de dezembro de 2025, instrumentos financeiros mensurados a valor justo classificados nos Níveis 2 e 3.

**22.4. Análise da sensibilidade de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras):** A Associação mantém aplicações financeiras de liquidez imediata, substancialmente atreladas à variação do CDI, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4. Com o objetivo de demonstrar a sensibilidade dessas aplicações a variações nas taxas de mercado, foram elaborados cenários alternativos com base na taxa considerada provável e em reduções de 25% e 50% sobre essa referência. Para 31 de dezembro de 2025, foi considerada taxa de referência de 14,26% ao ano como cenário provável. A partir dessa base, foram simulados os efeitos de cenários alternativos sobre o saldo aplicado de R\$ 62.094.001, conforme demonstrado a seguir:

A divulgação na demonstração dos resultados é realizada de forma compensatória.

**24. Concessão das gratuidades no âmbito da saúde:** **24.1. Demonstrativo de apuração das gratuidades sobre a receita efetivamente recebida da prestação de serviços em saúde:** A Associação Saúde da Família mantém parceria com a Secretaria Municipal de Saúde com o objetivo de oferecer atendimentos psicológicos gratuitos, por meio de consultas individuais e em grupo, aos usuários encaminhados pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Em conformidade com o disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº 187/2021, e observada sua condição de entidade beneficente, a Associação deve aplicar percentual mínimo sobre a receita efetivamente recebida pela prestação

de serviços de saúde, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valores (R\$)
Contas a receber no início do exercício (i)	-
Receita bruta de faturamento	32.010
Contas a receber no final do exercício (i)	-
<b>(=) Total da receita efetivamente recebida (Base de Cálculo):</b>	<b>32.010</b>
<b>Aplicação de 20% em Gratuidade</b>	<b>6.402</b>
<b>Demonstrativo do percentual concedido em gratuidades</b>	<b>1.388.321</b>
<b>Total de gratuidades concedidas</b>	<b>1.381.919</b>
<b>Gratuidade excedente (superior a 100%)</b>	<b>11.382</b>

(i) No exercício de 2025, os atendimentos particulares foram realizados exclusivamente mediante pagamento à vista. Em decorrência disso, não houve registro de contas a receber relacionado a essas receitas no exercício.

**24.2. Demonstrativo das gratuidades concedidas:** No cumprimento de seu papel estatutário e assistencial, a Associação realizou, em 2025, 14.552 atendimentos, dos quais: • 5.882 corresponderam a atendimentos destinados a funcionários, não integrando o cômputo da gratuidade; • 8.341 corresponderam a atendimentos realizados por meio do termo de parceria com o SUS, de forma integralmente gratuita; • 329 corresponderam a consultas particulares mediante pagamento. Para viabilizar os atendimentos gratuitos, os recursos são aportados pela mantenedora, mediante doações de pessoas jurídicas. A mensuração das gratuidades concedidas é baseada nos custos efetivos incorridos, apurados com base em folhas de pagamento, contratos de prestação de serviços, notas fiscais e demais documentos de suporte. Os custos empregados nos atendimentos gratuitos estão demonstrados a seguir:

Ações Pactuadas com o Gestor Local	Custos Empregados no Atendimento Gratuito
Atendimento individual: 7.825	Salários e Encargos 1.094.624
	Prestação de Serviços Médicos 7.907
	Benefícios a colaboradores 124.372
	Concessionárias (água e energia elétrica proporcional ao atendimento gratuito) 11.383
Atividades educativas pactuadas conf. planos de trabalho 54	
<b>Total</b>	<b>1.238.286</b>

Além dos atendimentos acima, conforme informações do CIHA, devem ser considerados também 417 acompanhamentos complementares, abrangendo supervisão técnica, reuniões de matriciamento, reuniões de equipe para discussão do plano terapêutico dos pacientes e atividades educativas não registradas no sistema, tais como videoaulas e atividades desenvolvidas com o público interno nas UBS. Assim, o total de atendimentos pactuados no exercício alcançou 8.253 atendimentos.

**Diretoria**  
Ricardo Oliva - Diretor Presidente

**Conselho Fiscal e Administrativo**

**Contadora**  
Shirleyde Botelho - CRC 1SP273362/0-8

No dia 23/04/2026 na Reunião de Conselhos, foram apreciados e aprovados por unanimidade, pelos Conselhos Fiscal e Administrativo, o balanço patrimonial; as demonstrações contábeis e financeiras e as contas anuais, atos ratificados na Assembleia Geral Ordinária, ocorrida na mesma data.

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Associados, Conselheiros e Administradores da Associação Saúde da Família - São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Saúde da Família ("Associação" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Saúde da Família em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas específicas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada

para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas específicas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam

levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2026

**bakertilly**

**Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP-031.269/0-1  
**Fábio Marchesini**  
CRC 1SP-244.093/0-3

**Vanderlei Marcello Fernandes Junior**  
Contador - CRC 1SP - 297.750/0-4

# TRANSPARÊNCIA É POSICIONAMENTO

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.

O Estadão conecta sua empresa ao olhar qualificado do mercado.

Publique seus balanços e atos societários com segurança institucional.

**ESTADÃO RI** Publicação simultânea na plataforma de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

